

DOSSIÊ TEMÁTICO

Práticas Pedagógicas

ESCOLARIDADE E IDENTIDADE CULTURAL: A CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO EXTREMO SUL DA BAHIA

Helânia Thomazine Porto Veronez¹

Resumo: A pesquisa buscou entender como vivem os Pataxós de Cumuruxatiba, que sofreram sérias mudanças e transformações sociais, perdas significativas da cultura indígena e as soluções encontradas ante aos novos desafios, principalmente a retomada do território; analisar as estratégias e alternativas que estão sendo construídas coletivamente em prol da reconstrução da identidade cultural. A compreensão da identidade cultural do estudo da educação indígena que ocorre nas aldeias Tibá, Pequi, Alegria Nova e Cahí, instaladas na região sul do Parque Nacional do Descobrimento, Prado (BA). Para a abordagem dessa temática foram consideradas as questões: (a) Que conhecimentos os professores têm acerca da Educação Indígena, suas leis e propostas? (b) Que significados são atribuídos à escola pelos docentes, discentes e lideranças das comunidades indígenas? (c) Como são inseridas as manifestações culturais indígenas nas propostas pedagógicas da escola? (d) As práticas pedagógicas têm possibilitado a construção de uma educação diferenciada, específica, intercultural e bilíngüe com vistas ao fortalecimento da alteridade desses grupos? As análises do currículo e das práticas docentes nas escolas indígenas dos Pataxó de Cumuruxatiba – Prado (BA) sinalizaram que as escolas são concebidas como uma necessidade. Estas foram solicitadas pelos Pataxós ressurgidos por ser compreendida como uma das formas de se reconstruir os conhecimentos

¹ Professora da Universidade do Estado da Bahia – UNEB – Departamento de Educação - Campus X. Mestrado Interdisciplinar em Administração, Educação e Comunicação pela Universidade São Marcos - S.P, Membro do Grupo de Pesquisa Estudos Indígenas da UNEB/PPG/PROEX. E-mail: veronezp@superig.com.br e hveronez@uneb.br.

tradicionais e preparar cada educando (a) para viver essa nova realidade. Nesse sentido, os educadores (as), educandos (as) e lideranças se empenham para que tais mudanças ocorram.

Palavras-chave: Currículo. Escolas indígenas. Práticas pedagógicas.

Na Bahia temos uma população estimada de 20 mil índios, constituindo 12 povos, que sofreram sérias mudanças e transformações sociais, perdas significativas da cultura indígena e do território ao longo desses anos.

Os Pataxós do extremo sul da Bahia vivem uma nova fase – trabalham rumo à conscientização etnocultural dos grupos, por meio da retomada dos territórios tradicionais, apoiados nas organizações indígenas: Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a Frente de Resistência Pataxó.

Nesse cenário, por meio da pesquisa a reconstrução da identidade cultural dos Pataxó de Cumuruxatiba associado à ocupação do território, ao processo de aldeamento, a instalação da escola buscou-se entender as práticas educativas que tentam recuperar a memória dos antepassados desses grupos indígenas que foram praticamente exterminados em 1951 e segregados desde a chegada dos colonizadores europeus.

Até o final do século XVII, os Pataxós viviam no interior das matas situadas na serra da Mata no sul da Bahia e norte do Espírito Santo como indígenas isolados, divididos em hordas, movimentando-se livremente em busca de caça, dos frutos e tubérculos encontrados em abundância naquelas matas.

A expansão agrícola na floresta atlântica se deu pela crescente procura de certos produtos tropicais no mercado mundial, mormente no ano de 1727, quando houve o início das frentes de ocupação na região do sul da Bahia, empreendidas por agricultores que se interessaram pelas terras que ficavam entre os rios Paraíba e Doce, para o cultivo do algodão, do fumo e das primeiras plantações de café. Esse processo intensificou a ocupação das áreas verdes, e essa nova expansão demográfica caminhou

em direção aos grupos indígenas que se mantinham autônomos na floresta atlântica. Ribeiro assim descreve as ações dos posseiros:

O avanço sobre as áreas indígenas começou pela periferia que fora invadida, a princípio por simples famílias de sertanejos deslocados, que procuravam terras sem dono para instalarem-se; depois, por sucessivas ondas de invasões que organizados avançavam por territórios indígenas, dispendo de grandes capitais, de amparo oficial e até de tropas privadas para garantir suas conquistas. (RIBEIRO, 1977, p. 92).

Em 1752, foram plantadas, em Ilhéus, as primeiras lavouras de cacau, dando início a uma outra frente de expansão agrícola na região do sul da Bahia, território ocupado pelos grupos Tupinambás, Kamakãs e Pataxós.

A crescente demanda do mercado mundial acelerou a expansão dessa lavoura que veio tomar de roldão as matas do sul e extremo sul do Estado da Bahia, com impactos desestruturadores, tanto sobre os aldeamentos como para os índios não-aldeados. Os indígenas que viviam nos territórios do sul e extremo sul foram subjugados e forçados a se recolherem em áreas demarcadas, como a Reserva Paraguaçu-Caramuru, no sul da Bahia, abrangendo os Pataxó Hã-hã-hã e a Aldeia Barra Velha, no extremo sul da Bahia para asilar os Pataxós, Kamakãs e Tupinambás. (SILVA; FERREIRA, 2000).

Em 1861, os conflitos entre indígenas e fazendeiros do extremo sul da Bahia foi o motivo dado por Antônio da Costa Pinto – presidente da Província da Bahia, para a determinação da concentração compulsória de toda a população indígena da região em uma única aldeia, nas proximidades da foz do rio Corumbau e do rio Caraíva, a 60 km da região do Parque Monte Pascoal – a Aldeia Barra Velha, anteriormente denominada Bom Jardim.

Até a década de 1940 os Pataxós que viviam aldeados na região de Barra Velha, “certamente como a única comunidade exclusivamente indígena na região do extremo sul baiano” (SAMPAIO, 2000, p. 6). Eles se agrupavam de acordo a sua função na aldeia: alguns viviam na

aldeia, criando porcos, fazendo farinha. A maior parte da população vivia no interior da mata, perto das roças de mandioca, banana, nos costões dos rios Caraíva e Corumbau. Gozavam de certa prosperidade, produziam farinha de mandioca, extraíam da mata cordas de embira, faziam gamelas e colheres de madeira, tiravam a piaçava para vender. No pé do monte Pascoal plantavam banana, café e cacau. Os produtos eram vendidos aos moradores dos pequenos povoados que moravam próximo à região.

A autonomia dessa comunidade foi dramaticamente interrompida quando as primeiras equipes técnicas visitaram a área, estabelecendo contatos para a demarcação do Parque Nacional Monte Pascoal, em 19 de abril de 1943, apoiadas pelo Decreto nº 12.729.

Insatisfeitos com as fronteiras impostas e com a vigilância do parque, o chefe da aldeia Barra Velha – o capitão Honório Ferreira e mais três Pataxós, em 1949, seguiram viagem para a capital do Rio de Janeiro em busca de uma solução para o problema; queriam audiência com o marechal Rondon.

A demarcação da área e o autoritarismo dos encarregados dessa empreitada foram narrados por moradores de Barra Velha a um funcionário da Fundação Nacional de Assistência aos Índios (FUNAI), Isidoro Rodrigues da Luz, em 1978.

Os depoimentos dos moradores registrados pelo funcionário informaram que o capitão Honório, após um longo tempo, retornou da viagem e contou que havia conhecido dois homens do “Serviço de Proteção ao Índio” (SPI), e esses afirmaram que viriam até a aldeia para resolver a questão.

No ano seguinte, em 1951, apareceram dois cidadãos que se apresentaram como representantes do governo – um seria engenheiro e o outro tenente – e propuseram ajudar os Pataxós. Mas o auxílio apresentado pelos forasteiros surpreendeu os líderes da aldeia, pois os sujeitos que se diziam representantes do governo sugeriram que os Pataxós saqueassem um pequeno comércio do povoado de Corumbau. A atitude tomada pelos Pataxós com a ajuda dos supostos ajudantes

desencadeou em uma violenta reação dos militares das cidades de Porto Seguro e Prado.

Devido a esse episódio, as famílias indígenas que viviam na aldeia Barra Velha sofreram um dos mais terríveis massacres registrados na memória do povo Pataxó da Bahia – denominado *Fogo de 51*. O que era em sua origem uma reivindicação da permanência em seus territórios, transformou-se em um evento de muita dor e sofrimento para os que vivenciaram o fato. A partir desse acontecimento, os Pataxós sofreram uma série de perseguições o que provocou a dispersão desse povo pela região.

Os sobreviventes desse episódio se espalharam pelos estados da Bahia e Minas Gerais. Agrupados por laços consanguíneos buscavam abrigos em fazendas, outros perambulavam pela orla marítima, e como forma de sobrevivência começaram a omitir a identidade indígena.

Katão Pataxó (2004, p. 22) registrou que “a partir desse acontecimento a decadência se expandiu pela tribo, pois o povo estava dividido em pequenos grupos espalhados por fazendas, buscando a proteção dos fazendeiros que exploravam a mão de obra dos que ali eram alojados”.

Alguns retornaram anos mais tarde para a Aldeia Barra Velha – um número reduzido – esses já haviam estabelecido união conjugal com não-índios. Outros continuavam peregrinando em busca de áreas para se alojarem. Além do conflito de 51 houve a *seca de 1953*, e os Pataxó desalojados viveram miseravelmente pelos arredores do Parque Nacional Monte Pascoal e Parque Nacional do Descobrimento.

O episódio de 1951 ainda está vivo na memória dos Pataxós, analisado por eles como um grande mal-entendido que provocou a perda de seus territórios. Pois os grupos foram forçados a ir para longe, formando outras aldeias, e muitos índios que viviam na região do Parque Nacional Monte Pascoal passaram a viver em outras áreas e cidades circunvizinhas.

Só em 1961 o Parque Nacional de Monte Pascoal foi implantado oficialmente, administrado pelo Instituto Brasileiro de Defesa Florestal

(IBDF). Lá se encontrava o pequeno grupo que havia retornado, sob a liderança das famílias de Firmo e de Manuel Santana.

Essas famílias passaram a viver em uma área de 8 mil hectares, cerca de apenas 20% de suas terras tradicionais. Aos resistentes proibiram fazer roçado nas áreas férteis próximas ao monte Pascoal, obrigando-os a viverem na miséria em uma área dominada por um areal improdutivo. Essa situação perdurou por dez anos até que, no início dos anos setenta, a reserva de Barra Velha passou a ser assistida pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e os remanescentes Pataxós passaram a ser tutelados por essa instituição.

Em 1981, a FUNAI regularizou a aldeia de Barra Velha, mas sem atender as antigas exigências indígena, a reintegrando áreas indígenas que haviam ficado sob o controle dos funcionários do IBDF. A fatia que ficou para os Pataxós foi de 8.627 hectares, desmembrados dos 22.000 hectares anteriores.

Entretanto, a regulamentação da área pela FUNAI e a liberação do IBDF para as plantações nas mediações do Parque Nacional Monte Pascoal não freou o processo de dispersão dos Pataxós de Barra Velha; esse já era irreversível.

A partir de 1970, com a construção da BR-101 – a Rio-Bahia, via de acesso para todo o litoral baiano, e conseqüentemente a intensificação do turismo na Bahia em 1975, houve ações de empreendedores estrangeiros que ocuparam a maior parte da orla dos principais pontos turísticos do sul e extremo sul da Bahia, induzindo os Pataxós que viviam próximos a orla marítima venderem os espaços ocupados após a dispersão em 1951, o que intensificou o processo de assimilação, com destaque para as aldeias instaladas nos principais pontos turísticos de Porto Seguro e da região do Prado.

A partir de 1990, os Pataxós começaram a se organizarem em associações, como a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a Frente de Resistência Pataxó. Coletivamente começaram um trabalho de conscientização etnocultural dos grupos que viviam sem área para plantio, ou que

tiveram suas terras ocupadas por posseiros, por meio do movimento de retribalização (PRÉZIA; HOORNAERT, 1992).

As lutas sociais empreendidas pelos Pataxós, em 1997, tiveram como resultado a demarcação da aldeia de Coroa Vermelha, próxima a Porto Seguro, que passou então a ser chamada de Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha. A partir daí, os demais Pataxós vislumbraram outras possibilidades de recuperação de terras indígenas por meio do fortalecimento da identidade cultural e do movimento retomada.

Quanto aos Pataxós que viviam na vila de Cumuruxatiba, esse sentimento foi intensificado no final de 1999, com ênfase em 2000 nas comemorações dos “500 anos de Brasil” e, desde então, o movimento de aldeamento tem sido uma das formas de ordenar o espaço de identidade. Assim as solicitações do território e da escola indígenas foram incorporadas a essa luta, e a escola, particularmente, passou a ser vista como um espaço político, um local agregador de saberes e de relações sociais.

Os Pataxós do extremo sul têm atuado de forma ativa no cenário político da região para mostrar quem são – índios Pataxós; assim participam efetivamente dos fóruns nacionais, de marchas pelo Brasil, na elaboração de atos públicos e publicação de documentos, como o *Manifesto Indígena: povos indígenas da Bahia*. Nesses documentos eles demonstram o repúdio às ingerências das autoridades dos governos federais, estaduais e municipais quanto à demora na avaliação dos territórios tradicionalmente indígenas.

Diante desse contexto sócio-histórico, busquei entender a construção da educação indígena nas quatro escolas de ensino fundamental (1º ao 5º ano) das aldeias Tibá, Pequi, Cahí e Alegria Nova, analisada a partir das concepções e práticas pedagógicas cotidianas dos profissionais da educação relacionadas à inclusão da cultura e da memória do povo Pataxó.

O currículo foi compreendido a partir dos pensamentos e soluções encontrados pelos docentes quanto à abordagem da temática indígena no fazer cotidiano em sala de aula, e também por meio dos

discursos orais das lideranças, dos discentes e das práticas pedagógicas desenvolvidas nessas escolas.

Do período do Brasil Colônia até a década de 1980, a questão da escolaridade do índio sempre foi baseada em políticas de integração e assimilação, transferindo-se apenas propostas curriculares convencionais das redes oficiais para as aldeias. Consistiu-se em propostas de imposição de um modelo de escola centralizadora, etnocêntrica, que sistematicamente silenciou e desvalorizou as culturas indígenas, substituídas pela cultura nacional, sem qualquer preocupação com os processos próprios de aprendizagem de cada comunidade indígena (GRUPIONI; VIDAL; FISCHMANN, 2001).

A partir da década de 80, muitas comunidades passaram a lutar no campo das leis, das idéias, dos discursos e a escola passou a ser vista como um dos meios de conscientização na conquista dos direitos. A escola como um lugar para se aprende a ler – não só decodificar letras, mas interpretar leis e realidades, e a escrever – cartas, denúncias, relatos de violência e para o registro da organização e saberes das comunidades indígenas.

A questão educacional gradativamente passou a ser defendida graças às reivindicações feitas pelas organizações indígenas e indigenistas. Assim, em 1988, a Constituição Brasileira reconhece os direitos dos povos indígenas viverem segundo as suas crenças e terem uma educação diferenciada, segundo os anseios de cada povo.

As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, sinaliza para um ensino específico para as comunidades indígenas, numa dimensão de interculturalidade, com vistas a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas e valorização de suas línguas e conhecimentos tradicionais.

Essas possibilidades fazem germinar a vontade de transformar a escola, de construir uma educação escolar específica e diferenciada, que respeite as formas próprias de pensar dos povos indígenas, suas sabedorias, suas visões de mundo e que coloque também à disposição dos educandos os conhecimentos científicos necessários à vida cotidiana, ao desenvolvimento econômico e aos embates políticos.

Os Pataxós do extremo sul da Bahia buscam também essa educação em que os elementos da cultura material que ainda se fazem presentes no cotidiano, como o Awê, a produção do artesanato, as manifestações religiosas possam compor o currículo escolar. Uma escola em que sejam valorizados os elementos *contrastivos* que representam o jeito de ser Pataxós (NOVAES, 1993).

A realização desse estudo necessitou da utilização de instrumentos para a coleta de informações que aproximasse a pesquisadora dos grupos, elegeu-se, portanto, entrevistas semi-estruturadas (essas foram gravadas e transcritas), análise dos materiais didáticos adotados e produzidos pelos educadores e observação das práticas educativas em sala de aula e fora do espaço da escola, uma vez que para as comunidades estudadas a educação acontece em diferentes espaços. A retomada do território, o trabalho coletivo, as danças, a produção do artesanato são relações de trocas de saberes.

Ao investigar a elaboração e a execução das propostas educativas com vistas à valorização da identidade cultural indígena, contamos com as impressões dos discentes que voluntariamente, por meio de seus depoimentos e participação em sala de aula contribuíram significativamente.

As dinâmicas culturais e pedagógicas das escolas indígenas das aldeias Pataxós de Cumuruxatiba foram interpretadas a partir dos pontos: (i) a definição de educação indígena apresentada pelos educadores, discentes e lideranças; (ii) as conquistas almeçadas pelos educadores e educandos a partir do currículo da escola indígena; (iii) os conhecimentos dos professores acerca das políticas públicas; (iv) as propostas pedagógicas e a apropriação dos saberes tradicionais.

Durante os estudos procurou-se sistematizar, por meio da pesquisa étnico-histórica quem são esses sujeitos e por que ressurgem como índios Pataxós frente às exigências do contexto pós-moderno, numa região em que a economia gira em torno do turismo e da monocultura do Eucalipto.

As informações coletadas e analisadas, durante o período de 2004 a 2006, apontaram que as comunidades pesquisadas: Aldeias Alegria Nova, Aldeia Cahí, Aldeia Pequi e Aldeia Tibá são constituídas em sua maioria por núcleos familiares descendentes dos Pataxó que habitavam até o final dos anos 1950 áreas que iam desde as margens do rio Caraíva até as mediações da barra do Cahí, em sua maioria netos dos peregrinos do *fogo de 1951*.

A leitura dos fatos históricos que marcaram a vida desse povo denota que a invasão de seus territórios significou o desmantelamento de suas tradições, condicionando-os a viverem como não-índios após a dispersão de 1951. E hoje, eles têm consciência de que para recuperar parte do que perderam, só com a organização material e social do grupo, isto é, pela afirmação de uma identidade cultural coletiva: ser índio Pataxó no extremo sul da Bahia.

Uma identidade construída por intermédio da eleição de determinados signos lingüísticos: a organização social e política em aldeamentos, o uso das indumentárias indígenas nas festividades religiosas, a ressignificação do Awê, que deixou de ser uma manifestação exclusivamente religiosa tornando-se parte das ações políticas, a recuperação da língua do povo Pataxó – o *Patxohã* e a especialização do artesanato, em função das solicitações dos turistas.

Para os educadores a possibilidade da afirmação de uma cultura diferenciada está na apropriação e aprendizado das músicas cantadas no Awê, principalmente as que são construídas com vocabulários da língua Patxohã, na agricultura como bem de produção e da confecção dos artesanatos, especificamente adornos produzidos com sementes de plantas nativas da mata Atlântica.

Das experiências vivenciadas nas escolas, compreendeu-se que os educadores e educandos Pataxós de Cumuruxatiba estão construindo uma escola diferenciada em dois espaços temporais: o tempo escola, na sala de aula estudando os livros didáticos adotados pela Secretaria Estadual de Educação, as cartilhas e os livros produzidos pelos

professores indígenas e no tempo de convivência com os familiares, na lavoura, nas danças. A educação indígena se consolida quando os grupos se juntam em torno de um objetivo comum, a manutenção dos grupos no território tradicional, destinada à reserva nacional – Parque Nacional do Descobrimento.

Assim, a luta e a conquista material ou simbólica da educação indígena têm como ponto de partida a retomada de terras originalmente indígenas.

Nesse processo de recuperação do que foi perdido (território, língua, crenças religiosas), utilizam-se da escola indígena e do currículo para conhecerem e aprenderem acerca das manifestações lingüísticas e culturais de seus ancestrais.

A construção da educação diferenciada tem origem em uma busca muito mais complexa, o desejo de conquistar coletivamente o respeito negado historicamente, a liberdade tantas vezes ameaçada e a possibilidade de planejar e construir seus projetos.

Do desejo de pensar um currículo emancipatório os educadores indígenas reivindicam a atenção da Secretaria Estadual de Educação. A escola indígena Pataxó se estrutura a partir das indagações: “– Que escola queremos ter?”, “– O que devemos fazer para conquistá-la”. E os princípios para as suas escolas são construídos, por meio da socialização de experiências e do levantamento das tradições, crenças que os anciãos ainda guardam na memória.

Pode-se inferir que a escola é uma necessidade – solicitada por esses grupos por ser compreendida como uma das formas de construir a identidade cultural de cada educando(a) Pataxó e de prepará-lo(a) para assimilar esses saberes que são ressignificados – portanto, professores e lideranças se empenham para que de fato as escolas continuem nas aldeias com a devida atenção dos órgãos responsáveis. Como abalizam os discursos das lideranças das aldeias:

Para consegui a escola, nem sei quantas vezes fui a prefeitura do Prado para pedi pela escola e o prefeito põe obstáculo. Você tem vontade de levar as crianças para a escola. Então eu pedi

um carro para levar as crianças para a escola da cidade, já que não vinha a escola para a aldeia, não consegui. Eu faço todo o esforço que as crianças fiquem na aldeia. A lei diz que tem que manter toda a tradição do índio na aldeia. Tirar o índio da aldeia não é bom. Com muito pelear chegou a escola pra cá. Tirar as crianças pra fora complica. Quando o índio vai para a cidade vai pegando outros termos. E a lei diz que o cara tem de manter toda a tradição do índio, onde ele estiver, na aldeia.[...] O branco criam os seus filhos na cidade e, quando eles chegam em alto grau de estudos saem para longe, mas a origem de vocês é assim, os pais se preocupam, mas para vocês é bom. Mas para a gente tirar os filhos de perto da gente não é bom. (Cacique Baiara – Aldeia Pequii).

Nós queremos aqui o colégio para as crianças. Não queremos que as crianças continuem na escola da cidade, pois na cidade as crianças aprendem coisas diferentes do que se ensina na aldeia. Nós queremos uma educação diferenciada, pois temos o direito à educação e à saúde dentro da aldeia. (Cacique Imbé – Aldeia Tibá).

Decidiram pela escola na aldeia, fui atrás da escola, tive problemas, mas eu vou atrás do meu direito. A gente tem problemas, porque o prefeito do Prado não gostava dos índios, mas agora estão reconhecendo os nossos direitos. Hoje não dá para os índios viver sem o território e sem a escola, então, tem que ter a escola, não dá para sobreviver só das coisas da terra, se não tem a terra suficiente, tem que aprender também outras coisas. (Cacique Timborana – Aldeia Cahí).

A gente quer resgatar a nossa identidade, o nosso idioma. A gente quer ouvir o outro, articular com os outros pela causa indígena. (Tatuauçu – vice-cacique da Aldeia Alegria Nova).

As lideranças políticas das aldeias compreendem a escola como um meio de conferir capacidade aos estudantes para que estes sejam sujeitos críticos e políticos, e futuramente se tornem os agentes de transformação engajados social e politicamente com as comunidades em que estão inseridos. Uma força sutil de resistência que se faz perdurar na dinâmica e no modo de ser Pataxó. Como interpreta o educador Ariry Pataxó da Aldeia Pequii:

Para mim a educação para cada povo é algo muito importante, para a gente conseguir a escola foi com grande sacrifício. A escola dentro da comunidade representa a base, é a base da comunidade, porque através da escola nós levamos conhecimento para os alunos, e também a partir da escola estará garantida toda a estrutura da comunidade, desde a questão da subsistência, da educação do aluno, na construção da consciência do aluno enquanto sujeito que é índio, enquanto sua relação com a natureza. O próprio índio já tem dentro de si essa consciência, o respeito com a natureza, mas na escola o professor deverá reforçar essa compreensão [...]. A gente está construindo uma educação indígena diferenciada. Nós trabalhamos com a educação diferenciada que a gente tanto sonha. Não é fácil construir uma educação diferenciada. Nós trabalhamos com os cantos Pataxó, com o Toré. Na educação diferenciada a escola não é um lugar para a criança chegar, sentar e ficar só absorvendo. A gente pode trabalhar a natureza, sair da sala de aula, ver uma oca, ver a mata, trabalhar com as sementes, daí poder trabalhar a matemática, português, a geografia.

Existe na escola uma porta aberta para circular as tradições dos povos indígenas. Se há um esforço em transmitir conhecimentos e a transferência de saberes e valores das sociedades não-índias por meio do currículo escolar que referenda os saberes da cultura nacional, há também a força dos saberes e tradições indígenas valorizados pelos professores. Os conhecimentos são apropriados de acordo com a cosmovisão do grupo, explanados a partir dos conhecimentos e informações dos anciãos. Os saberes do currículo nacional são assimilados e circundados pelos valores culturais das comunidades.

Aqui na aldeia nós trabalhamos em conjunto, eu e Loura. Ela trabalha Matemática, Português, História e Geografia, e eu fico com o estudo da cultura, conto história, trabalho a língua e alfabetizo as crianças. (a professora usa uma cartilha de alfabetização em Língua Portuguesa, elaborada coletivamente pelos professores Pataxó – *Alfabetizando nas escolas Pataxó*, seguindo a proposta apresentada neste material. Trabalha principalmente com leitura e escrita de textos). Nos finais de semana, 6^o e sábado, ao entardecer cantamos e dançamos o Awê. Todo final de semana dançamos o Awê. Contamos histórias, fazemos brincadeiras. (professora Jucunã da Aldeia Tibá).

A escola Pataxó como espaço de fronteiras, “de trânsito”, articulação e troca de conhecimentos, e também um espaço de contradições. Os Pataxós almejam as escolas nas aldeias com vistas à aquisição de saberes que reconstruam a identidade cultural, mas os professores e os educandos da 3ª e 4ª séries estão aldeados recentemente, tiveram a formação educacional em escolas da cidade – espaços educacionais com educadores e currículos para os não-índios.

Nesse sentido, as escolas nas comunidades indígenas se apresentam como zona de contato, de hibridação, produzida no encontro das diferentes cosmologias – de educadores e educandos que até 2004 estudavam em escolas públicas na vila Cumuruxatiba e no Prado, e das lideranças – especificamente as matriarcas que transmitem seus saberes aos jovens das escolas das aldeias.

Na instauração dessa diversidade, a escola torna-se um local de diálogos interculturais, em que se busca prioritariamente corrigir as assimetrias aprendidas nas escolas não-índigenas, por meio das vivências nas aldeias.

Os educandos das comunidades Pataxós implicitamente avaliam que a educação indígena não acontece só na escola, mas apontam para uma relação mais ampla que tem como espaço de aprendizagem o próprio modo de viver, o aldeamento, as relações interpessoais com os familiares e as lideranças.

A escola aqui é tranqüila, não tem briga. Aqui é muito bom. Eu estudo, trabalho, faço roça, planto milho, feijão. (Janilsom – discente da 4ª série, Aldeia Cahí).

A escola aqui dentro fica muito bom para nós. Quando estudávamos nas escolas lá fora nos éramos muito criticados pelos alunos brancos. Eu só quero sempre estudar em escolas indígenas. Não quero sair para fora. Quero estudar nas escolas indígenas para eu conhecer os meus direitos. (Antônio – discente da 4ª série, Aldeia Alegria Nova).

Aqui na escola eu brinco, jogo bola. Fico perto dos meus pais, não preciso ir pra rua. Aqui a gente vê a natureza, podemos

tomar banho de rio, ver os bichinhos. Dançar o Awê. Aqui a gente aprende muitas coisas. (Ramon – discente da 2ª série da Aldeia Tibá).

A escola para os educandos é a continuação das aprendizagens socializadas na coletividade das aldeias, um espaço educacional de respeito e valorização dos saberes dos anciãos de cada aldeia, e o currículo escolar como o meio de transmissão de valores sociais, culturais e políticos.

No entanto, avalia-se que o quadro de exclusão social não será ultrapassado simplesmente pela adoção de uma nova orientação curricular. Isto sem negar que as escolas nas aldeias são ainda o meio de conferir a esses sujeitos o direito social a uma educação diferenciada que é gestada coletivamente, deixando de ser proposta de fora, “oferta” dos órgãos governamentais, organizações não-governamentais, igrejas, universidades, mas constituintes de um processo mais amplo, em que os gestores são os principais interessados – os atores sociais das escolas, das organizações políticas e os anciãos (homens e mulheres) das aldeias de Cumuruxatiba – Prado (BA).

Além da articulação e empenho da coletividade no funcionamento da escola, a formação pedagógica e política dos educadores é uma necessidade para que de fato a educação escolar indígena possa promover a participação ativa de todos esses sujeitos na sociedade.

Pode-se afirmar que ao reivindicar a escola, os Pataxós têm lhe conferindo um novo valor – a possibilidade de compreender a nova realidade advinda do movimento de aldeamento como uma estratégia de resistência.

Todos esses projetos – o aldeamento, a garantia do território, a sustentabilidade dos grupos na aldeia, a educação diferenciada – só serão concretizados mediante ação dos próprios Pataxós. E são tais projetos que têm norteado e desafiado esses sujeitos sociais. Por isso, eles se valem da escola em defesa dos valores dos Pataxós que ressurgem e que coletivamente cantam e reivindicam seus direitos nas rodas do Awê.

**EDUCATION AND CULTURAL IDENTITY:
THE CONSTRUCTION OF INDIGENOUS EDUCATION
IN SOUTHERNMOST BAHIA**

Abstract: The survey aimed to understand how the Indian community called Pataxó of Cumuruxatiba has been living. It is known they have suffered dramatic social changes, loss of indigenous culture and have been trying to overcome some challenges, especially the resumption of their territory. The research also aimed to analyze the strategies and alternatives that are being developed collectively concerning their cultural identity reconstruction. The study took place in indigenous villages as Tibá, Pequi, Alegria Nova and Cahí, installed in the south region of a National Park called Parque Nacional do Descobrimento, located in Prado (BA). In order to approach the mentioned subject some questions were considered: (a) What knowledge about indigenous education, its laws and proposals do teachers have? (b) What meanings are assigned to the school by students, teachers and community leaders? (c) How are cultural indigenous events included in the teaching proposals? (d) Have the pedagogical practices enabled the construction of a differentiated, specific, intercultural and bilingual education viewing to strengthening the alterity of those groups? The analysis of the curriculum and teaching practices of the mentioned community indicated that schools are conceived as a necessity requested by Pataxós once the formers are considered one of the ways to rebuild traditional knowledge and prepare each student to live the new reality. Accordingly, their educators, students and leaders have been working to make the difference.

Key words: Curriculum. Indigenous schools. Pedagogical Practices.

Referências

GRUPIONI, L. D. B.; VIDAL, L.; FISCHMANN, R. (Orgs.). **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade.** Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2001.

NOVAES, S.C. **Jogo de espelhos: imagens da representação através dos outros.** Editora da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1993.

PATAXÓ, K. **Trioka Hahão Pataxi.** Caminhando pela história Pataxó. Garçoni: São Paulo, 2004.

PREZIA, B.; HOORNAERT, E. **Esta terra tinha dono**. 3. ed. São Paulo; FTD, 1992.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. 2. ed. Vozes: Petrópolis, 1977.

SAMPAIO, J. A. L. Breve história da presença indígena no extremo sul baiano e a questão do território Pataxó do Monte Pascoal. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 22., 2000. Brasília. **Anais** do III Fórum de Pesquisa: Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ftp.unb.br/pub/UNB/dan/F.3-22RBA/sessao2/sampaio.rtf>>. Acesso em: 10 out. 2004.

SILVA, A. L.; FERREIRA, M. K. L. (Org.). **Antropologia, história e educação**. 2.ed. Global: São Paulo, 2000.

Artigo recebido em: 01/12/2007

Aprovado para publicação em: 03/06/2008